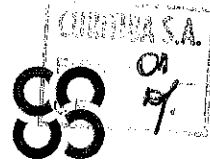




CURITIBA



CURITIBA S.A.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

PROJETO BÁSICO

Protocolo nº: 42-000.028/2020
Setor: Gerência de Infra Estrutura
Requisitante:
Fiscal de Danielli T Ciurowski Ramal/E- 8881
Contrato: mail dcurowski@curitiba.pr.gov.br
Valor Máximo: R\$ 4.148,35 (quatro mil cento e quarenta e oito reais e trinta e cinco centavos)

Objeto:

Pagamento de Anuidade 2020 ao CREA PR (Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura), referente ao registro da COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA - CURITIBA S.A no respectivo conselho.

Justificativa da Contratação:

Conforme determina a Lei 5.194/1966 – “Art. 63 – Os profissionais e pessoas jurídicas registradas de conformidade com o que preceitua a presente Lei são obrigados ao pagamento de uma anuidade ao Conselho Regional cuja jurisdição pertencerem”.

Ainda, conforme vê-se:

"Art. 59. As firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral, que se organizem para executar obras ou serviços relacionados na forma estabelecida nesta lei, só poderão iniciar suas atividades depois de promoverem o competente registro nos Conselhos Regionais, bem como o dos profissionais do seu quadro técnico.

§ 1º O registro de firmas, sociedades, associações, companhias, cooperativas e empresas em geral só será concedido se sua denominação for realmente condizente com sua finalidade e qualificação de seus componentes.

§ 2º As entidades estatais, paraestatais, autárquicas e de economia mista que tenham atividade na engenharia, na arquitetura ou na agronomia, ou se utilizem dos trabalhos de profissionais dessas categorias, são obrigadas, sem quaisquer ônus, a fornecer aos Conselhos Regionais todos os elementos necessários à verificação e fiscalização da presente lei.

§ 3º O Conselho Federal estabelecerá, em resoluções, os requisitos que as firmas ou demais organizações previstas neste artigo deverão preencher para o seu registro. "

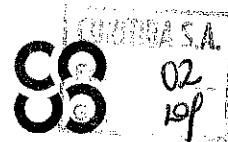
O Crea-PR é uma Autarquia Federal responsável pela fiscalização do exercício das profissões das Engenharias, da Agronomia e das Geociências, promovendo ações para o crescimento do Estado do Paraná, melhoria do ambiente de trabalho e garantia dos direitos de mais de 80 mil profissionais registrados;

O propósito do Crea-PR é resguardar o interesse público e a ética no exercício das profissões ligadas ao Sistema Confea/Crea, buscando sua valorização, através da excelência na regulamentação, organização e controle destas profissões;

pf



CURITIBA



CURITIBA S.A.
COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DE CURITIBA

PROJETO BÁSICO

O interesse mútuo em estabelecer procedimentos para o registro das Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's na jurisdição do Município de Curitiba;

O disposto nas Leis Federais nºs 5.194/1966 e 6.496/1977, nas Resoluções nº 1025, de 30 de outubro de 2009 e nº 1067, de 25 de setembro de 2015, ambas do Confea, e Decisão Normativa nº 85, de 31 de janeiro de 2011, do Confea.

Assim, para executar as atividades de regularização fundiária, de avaliação imobiliária e outras atividades pertinentes, a CURITIBA S.A. necessita do registro junto ao CREA - PR.

Especificação/detalhamento dos bens e/ou serviços:

O presente instrumento visa estabelecer condições de mútua cooperação entre as partes, conforme descrito:

Quanto ao registro de ART's de atividades de engenharia e agronomia nos seguintes casos:

- a) ART's registradas pelos profissionais do quadro técnico da CURITIBA S.A.;
- b) No desempenho de suas funções ou cargos técnicos, decorrentes de serviços e obras contratados com terceiros;
- c) Decorrentes de serviços e obras executados por administração direta;
- d) Decorrentes de serviços e obras executados na jurisdição do Município;
- e) Na solicitação de alvará de obras;

Quanto ao quadro técnico da CURITIBA S.A.:

- a) Manter atualizado junto ao Crea-PR;
- b) Comunicar alterações de cargo ou função;

Ainda, no intercâmbio de informações que permitam o aprimoramento da atuação dos envolvidos, respeitadas as respectivas competências específicas, em que o objeto seja a execução de obras ou prestação de serviços profissionais afetos ao Sistema Confea/Crea, no município de Curitiba.

O compromisso ora assumido implica em não reproduzir, ceder, emprestar ou transferir a terceiros, a título oneroso ou gratuito, as informações cedidas entre os convenientes, ressalvando-se os casos que venham a ser expressamente autorizados pelas partes.

10/

PROJETO BÁSICO

Forma de Execução:

Execução Indireta.

Prazo de Execução:

12 (doze) meses.

Cronograma de Execução:

N/A

Forma de Pagamento:

O pagamento deverá ser feito através de boleto bancário.

Principais Obrigações do CONTRATADO:

c) Cabe ao Crea-PR:

2.1.1. Disponibilizar o acesso de seu banco de dados para consultas das atividades desenvolvidas na jurisdição do **MUNICÍPIO** relativas a:

- a. Anotações de Responsabilidade Técnica – ART's;
- b. Fiscalização de obras e serviços de engenharia e agronomia;
- c. Registros de profissionais; e
- d. Registro de empresas.

2.1.2. Orientar a **CURITIBA S.A.** em eventuais dúvidas que surgirem por ocasião do preenchimento das ART's ou da contratação de terceiros, no âmbito de sua competência legal.

2.1.3. Definir o valor das taxas de ART's para obras e serviços prestados por profissionais com vínculo empregatício com a **CURITIBA S.A.**, em conformidade com o Artigo 4º da Resolução nº 1.067/2015 do Confea;

2.1.4. Definir o prazo para pagamento dos boletos de ART's para obras e serviços prestados por profissionais com vínculo empregatício com a

101.

PROJETO BÁSICO

CURITIBA S.A., em conformidade com o Anexo da Decisão Normativa nº 85/2011 do Confea.

Principais Obrigações do CONTRATANTE:

2.1 Cabe a **CURITIBA S.A.**:

- 2.2.1. Manter atualizado junto ao **Crea-PR** o registro de todos os profissionais integrantes do Quadro Técnico da Companhia;
- 2.2.2. Providenciar o registro individual das ART's de cargo e função exercidos dos profissionais integrantes do quadro técnico da **CURITIBA S.A.**, sendo o pagamento da ART de responsabilidade do **MUNICÍPIO**, conforme Artigo 46 da Resolução 1025/2009 do Confea;
- 2.2.3. Providenciar o registro das ART's dos trabalhos desenvolvidos no desempenho de cargo ou função dos profissionais integrantes do Quadro Técnico da **CURITIBA S.A.**, ou a ele vinculados através de suas Secretarias, Autarquias e Fundações;
- 2.2.4. Exigir a comprovação de registro (profissionais e empresas) na contratação de serviços técnicos terceirizados, nas licitações, dispensas, contratações diretas, outros;
- 2.2.5. Exigir apresentação das ART's referentes aos serviços e obras contratados na contratação de serviços técnicos terceirizados, nas licitações, dispensas, contratações diretas, outros;
- 2.2.6. Solicitar a apresentação das ART's de projetos e execução de obra nas solicitações de alvarás de construção;
- 2.2.7. Disponibilizar ao **Crea-PR** o acesso a alvarás (construção, demolição, execução de obras em vias públicas, muro, publicidade e reformas), a fim de possibilitar ações de fiscalização e acesso a informações;
- 2.2.8. Mediante solicitação do **Crea-PR**, disponibilizar CPF ou CNPJ de proprietários de obras fiscalizadas pela Companhia e/ou pelo Crea-PR, afim de possibilitar a continuidade de processos de fiscalização;

101

PROJETO BÁSICO

- 2.2.9. Disponibilizar ao **Crea-PR** o acesso a alvarás de funcionamento de empresas com atividades afetas ao sistema Confea/Crea, para fiscalização de empresas com CNAE (Classificação Nacional de Atividades Econômicas) referente a atividades técnicas;
- 2.2.10. Mediante solicitação do **Crea-PR**, fornecer notas fiscais de obras e/ou serviços, para servir de documentação comprobatória nos processos de fiscalização;
- 2.2.11. Disponibilizar ao **Crea-PR** o acesso a processos de licitação e contratação de serviços/obras de engenharia, para fiscalização de atividades afetas ao sistema Confea/Crea;
- 2.2.12. Participar de ações conjuntas com o **Crea-PR** para promoção de fiscalizações integradas em temas de interesse da sociedade; e
- 2.2.13. Mediante solicitação do **Crea-PR**, fornecer informações sobre eventos que requeiram estruturas temporárias, para possibilitar a fiscalização de atividades técnicas exercidas (palcos, instalações elétricas, sonorização, outros) em locais de aglomeração de pessoas.

Forma de contratação pretendida:

() Licitação por: () Concorrência Pública () Pregão () Tomada de Preços () Carta Convite
Dispensa de Licitação ()
Inexigibilidade de Licitação (X)

Justificativa para a forma de contratação apontada:

Dispensa de Licitação nos Termos da Lei Federal n.º 8.666/1993, Art. 25.



DAVIDSON JOSÉ MOULEPES

Gerencia Financeira/ Administrativa e de
Pessoal